

A ÉTICA NA PESQUISA E A EPISTEMOLOGIA DO PESQUISADOR*

(Ethics in research and the investigator's epistemology)

Terezinha Azerêdo Rios¹

Resumo

Neste texto, aponta-se para a necessidade da presença da ética no trabalho dos pesquisadores, não apenas como um elemento indicador dos limites, mas como uma maneira de ver a investigação com clareza, profundidade e abrangência, problematizando os objetivos, métodos e resultados. Chama-se a atenção para o significado do diálogo entre os vários campos do saber. Enfatiza-se, assim, a riqueza da contribuição de cada um deles para a ampliação do conhecimento, o aprimoramento da qualidade das investigações e a construção de uma sociedade justa e democrática, uma vez que deve ser essa a finalidade de uma boa pesquisa, do ponto de vista epistemológico e ético.

Palavras-chave: Pesquisa; Ciência; Atitude crítica; Ética.

Para iniciar esta conversa, recorro à palavra de dois professores. O primeiro é Fernando Savater, espanhol, que tem vários trabalhos já publicados entre nós. Em seu livro *Ética para meu filho*, ele afirma que “toda ética digna desse nome parte da vida e se propõe a reforçá-la, a torná-la mais rica” (Savater, 1993, p. 173).

O outro professor é Carlos Rodrigues Brandão, antropólogo carioca, dono de uma vasta obra, pesquisador conhecido por sua rica contribuição à educação popular. No livro *A pergunta a várias mãos*, Brandão aproxima-se de seus leitores afirmando que aquele trabalho é “dirigido mais a educadores que pesquisam do que a pesquisadores que, eventualmente, educam” (Brandão, 2003, p. 10).

A afirmação de Savater remete à idéia de que falar de ética implica falar de vida. Não de uma vida qualquer, mas de uma vida rica, uma vida digna, uma “vida boa”. E Brandão nos convida a pensar no significado da pesquisa no interior de uma instituição por natureza educativa. Assim, já se aponta aqui que não é a uma pesquisa qualquer que nos referiremos e que trazer a ética para a pesquisa consiste no desafio de colaborar na construção da vida, em seu significado mais pleno.

No contexto social em que vivemos, falar de ética pode significar atender a um apelo da moda. Nunca se falou tanto em ética e talvez nunca se tenha usado de modo tão leviano esse conceito.

Luiz Alfredo Garcia-Roza, filósofo, psicanalista e escritor carioca, em seu romance *Uma janela em Copacabana*, utiliza uma expressão muito rica para apontar o desgaste e a banalização de alguns conceitos, no uso que se faz deles. Referindo-se a um treinamento de policiais feito por uma psicóloga, diz: “A moça usava a palavra ‘psicologia’ como usava batom: para enfeitar a boca” (Garcia-Roza, 2001, p. 8).

* Texto recebido em abril/2006 e aprovado para publicação em maio/2006.

¹ Doutora em Educação, professora do Mestrado em Educação do Centro Universitário Nove de Julho

– Uninove e do Departamento de Teologia e Ciências da Religião da PUC-SP. E-mail: te.rios@terra.com.br

É o que tem acontecido com a ética – freqüentemente seu nome tem sido “tomado em vão”, destituído de significado autêntico ou histórico. Portanto, se aqui vamos falar sobre ética, aproximando-a da pesquisa, temos de deixar claro o sentido com o qual trabalharemos.

Impõe-se, desde logo, uma distinção entre os conceitos de ética e moral. Costuma-se utilizar esses termos como se fossem sinônimos. E não é sem razão que não se faz a distinção no cotidiano. “Ética” vem do grego *ethos*, que significa costume, jeito de ser, caráter, marca, e “moral” vem do latim *mores*, que tem o mesmo significado, indicando também costume, hábito.

Vamos partir, então, da semelhança de significado para estabelecer a distinção entre os conceitos.

A idéia de costume já remete à dimensão social da ética e da moralidade, a uma perspectiva cultural na vivência dos seres humanos. Na natureza não há costumes. Nenhum de nós tem o costume de dormir, por exemplo. Temos, sim, o costume de dormir em camas, dormir à noite, dormir certo número de horas. Isso mostra que, embora respondendo a algo que tem um caráter natural, nós o fazemos de uma maneira criada pelos seres humanos no seu convívio social. São exatamente os costumes diferentes que dão uma configuração diferente às diversas culturas. Daí o significado de *ethos* como configurador de uma cultura, diferenciador das formas de o ser humano se relacionar com o mundo e com os outros. “O *ethos* é a casa do homem. O homem habita sobre a terra acolhendo-se ao recesso seguro do *ethos*” (Vaz, 1988, p. 12-13).

Os costumes se sustentam em valores, criados também pelos seres humanos. Assim, classificamos de “bom” o que é costumeiro e estranhamos ou qualificamos de “mau” o que não é. E, assim como afirmamos que o que é costumeiro “é bom”, passamos a julgar que esse costumeiro é “o que deve ser”. Entramos, assim, no terreno do dever – instituímos regras, normas, leis e formas de comportamento que devem ser seguidas pela sociedade.

É esse o terreno da moral, definida como o conjunto de valores, normas e prescrições que orientam as ações e as relações dos indivíduos e grupos na sociedade. É de acordo com a moral que se diz: “Faça isso; não faça aquilo”. Agimos moralmente quando respondemos a essas prescrições, obedecendo-as ou não. Fazemos escolhas pelas quais somos responsáveis.

O gesto de escolher aproxima a moral da política. Além de uma dimensão moral, há sempre uma dimensão política em nosso comportamento. Pertencendo a uma pólis, temos de nos posicionar diante do que aí se organiza. Ser político é tomar partido. Ainda que não o desejemos ou que disso não tenhamos consciência clara, estamos sempre tomando partido. E fazemos isso tendo como referência os valores estabelecidos para orientar nossa vida social.

Porém, não se age moralmente apenas seguindo imposições. Nossa ação terá tanto mais significado quanto mais a realizarmos não apenas porque somos obrigados pelos outros, mas porque julgamos efetivamente adequado o que é proposto. Quando apenas atendemos a imposições externas, preocupados com a punição ou a recompensa, estamos no terreno da heteronomia. Situação diferente é a de autonomia, quando agimos levando em consideração as regras que criamos ou que, mesmo encontrando-as prontas na sociedade, avaliamos como significativas e incorporamos ou internalizamos.

Quando procuramos questionar os valores que sustentam a moral, quando buscamos seus fundamentos, estamos no terreno da ética. A ética pode, então, ser definida como uma atitude crítica diante da moralidade, uma investigação sobre a consistência e o significado dos valores morais.

A atitude crítica é aquela pela qual se procura olhar a realidade com clareza, profundidade e abrangência. Ver claro, para evitar os elementos que prejudicam nosso olhar, para evitar as armadilhas instaladas em nós e em torno de nós. Ver fundo, para além da superfície e das aparências. A atitude crítica é uma atitude radical, pois busca os fundamentos do que se investiga. Ver largo,

na totalidade, implica abordar o objeto no seu contexto, com os elementos que o determinam e os diversos ângulos sob os quais se apresenta.

Ao olhar a realidade, temos o vício de julgar que nosso ângulo é, se não o único, pelo menos o melhor. Entretanto, há outros pontos de vista, a contradição é uma característica fundamental do real, que se apresenta multifacetado e exige um esforço de abrangência para podermos conhecê-lo.

A atitude crítica é humilde, ciente dos limites. Só quem reconhece que não sabe, que há ainda muito a ser conhecido empreende uma busca que pode ampliar seu saber. É corajosa, porque sempre tende a enfrentar perigos, ameaças. O olhar crítico desvenda, aponta coisas que podem nos incomodar, nos desinstalar, nos exigir mudanças para as quais muitas vezes não estamos preparados.

A ética consiste exatamente numa atitude crítica, um esforço de reflexão sobre os valores que orientam as ações e as relações dos indivíduos em sociedade. Enquanto a moral é sempre normativa, apontando o que devemos e o que não devemos fazer, a ética tem um caráter reflexivo, isto é, indaga por que devemos ou não agir do modo como nos é imposto. Mais ainda, procura trazer referências mais amplas para esse agir.

Quando perguntamos “por que devemos agir assim?”, a moral nos responde: “Porque é para o seu bem”. Isso quer dizer que há algo que se estipula como bem e que, tomado como referência pelos indivíduos, permite-lhes ser aceitos pelos outros e que suas ações não sofram restrições.

Quando a moral diz: “É para o seu bem”, a ética alerta que é preciso adjetivar o bem, falar em bem comum, não desta ou daquela comunidade, desta ou daquela sociedade, desta ou daquela instituição, mas dos seres humanos, dos sujeitos que estão em relação uns com os outros e devem ser considerados em sua humanidade.

É justamente porque recorremos à ética que temos possibilidade de transformar a moral. Se a moral nos responde que devemos agir de certo modo porque é para nosso bem, a ética nos alerta, criticamente, que é preciso agir para realizar o bem de todos e de cada um.

O mundo é do tamanho do conhecimento que temos dele: “A cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total” (Rosa, 1965, p. 236). Nosso mundo se amplia se aplicarmos todas as nossas faculdades, desenvolvermos todas as nossas potencialidades e investirmos nossa criatividade na sua construção, que é também construção de nós mesmos.

Já agora podemos transitar para o espaço da ciência e da pesquisa. Também a ciência pode ser qualificada como um olhar crítico que se volta para a realidade a fim de investigá-la, explicá-la, descrevê-la, analisá-la. E essa investigação científica é a que recebe a denominação de pesquisa. O que é pesquisar senão fazer perguntas e ir em busca de respostas? E uma vez descobertas ou inventadas as respostas, pôr-se a caminho com novas perguntas? Na verdade, a ciência avança quando descobre nas respostas novas perguntas para ir caminhando na direção da ampliação do conhecimento.

Larrosa (2003), referindo-se ao ato de estudar, que demanda uma atitude semelhante à de pesquisar, afirma que “as perguntas estão no princípio e no fim do estudo. O estudo se inicia perguntando e termina perguntando. Estudar é caminhar de pergunta em pergunta, até as próprias perguntas. Sabendo que as perguntas são infinitas e inapropriáveis” (Larrosa, 2003, p. 19). A idéia de tornar próprias as perguntas parece-me muito rica, uma vez que a apropriação aponta para algo que tem raiz na vivência e constitui, efetivamente, um problema para aquele que toma como sua uma pergunta que lhe é apresentada “externamente”, ou a reformula para adequá-la a seu propósito.

Por buscar descrever, explicar, por se caracterizar como o esforço de olhar objetivamente a realidade, muitas vezes se requer do cientista a neutralidade. É impossível, entretanto, falar de uma ciência neutra. Uma de suas características é, sem dúvida, a objetividade, a atenção cuidadosa para com o objeto investigado. Mas é sempre um sujeito que realiza a investigação: como o conhecimento tem

um caráter histórico, a ciência acontece no contexto das relações humanas, marcado por valores e no qual, por isso mesmo, a subjetividade está presente.

Requer-se, sim, seriedade no trabalho do cientista e do pesquisador, que a ciência seja rigorosa, sem dúvida, mas não se pode qualificá-la de neutra. Mais ainda: a ciência sozinha não dá conta de todos os aspectos da investigação, porque os valores não residem apenas num plano lógico, metodológico. A ciência tem de estabelecer um diálogo com os outros saberes que constituem a realidade.

A ética entra no espaço da ciência quando o cientista pergunta pelo sentido de sua investigação. A indagação ética, gesto filosófico, é uma busca de compreensão. Ela se vale, sim, da explicação que a ciência oferece para os fenômenos, mas procura ir adiante, problematizando os valores envolvidos nas descobertas, criações, investigações e intervenções da ciência na realidade.

Quando se traz a ética para a pesquisa, olha-se criticamente e pergunta-se sobre a sua finalidade e a serviço de quem ela se realiza. Qual é o sentido da pesquisa que se faz? Ela é produtora do bem?

Quando se constituem comitês de ética, quando se agrupam pessoas atentas à investigação científica que se faz em nossas instituições, duas questões se colocam: a que conduz a investigação? Está em seu horizonte a realização do bem comum? Com essas indagações, vamos além do terreno da moral. Há uma dimensão de moralidade sempre presente nas pesquisas, assim como em todas as ações e relações dos indivíduos na sociedade. Entretanto, nem sempre está presente aí a ética.

A ética funda-se nos princípios do respeito, da justiça e da solidariedade, que apontam para a necessidade de reconhecimento do outro. Afirmamos que fazemos isso no cotidiano de nossas relações, mas, se observarmos bem, com muita frequência deixamos de fazê-lo. Passamos pelas pessoas como se não existissem, deixamos de ouvir o que nos dizem, vamos adiante com o nosso discurso, sem considerar a palavra, as idéias e os sentimentos dos outros.

Quando deixo de tratar o outro como *alter*, aquele que me constitui, estou considerando-o como *alienus*, alheio, o que não tem a ver comigo. Instala-se, então, a alienação no social. Ao lado da alienação do trabalho, da alienação econômica de que falava Marx de maneira tão assertiva, há uma alienação de caráter ético, que se traduz pelo não reconhecimento do outro, o desrespeito à diferença e, portanto, a impossibilidade do diálogo, da solidariedade, da justiça.

Justiça é igualdade na diferença. Somos diferentes, homens e mulheres, brancos e negros, adultos e crianças. Mas somos iguais em direitos, iguais no direito de ter direitos, de criar direitos. Somos, portanto, diferentes e iguais. O contrário de igual não é diferente. É desigual, e tem uma conotação social e política. A identidade se afirma na possibilidade de existência da diferença e na luta pela superação da desigualdade.

A solidariedade se mostra na atitude generosa de quem leva em conta os outros e os respeita em sua alteridade, independentemente de castigos ou recompensas. Não é solidária a ação do traficante que vai resgatar o colega na prisão, não é solidária a ocultação da verdade, para benefício dos que são do meu partido ou do meu departamento. Não é solidária a ação que, em nome de beneficiar alguns, causa prejuízo a outros. A solidariedade implica consideração do humano como humano, do “nós” que, na verdade, poderia ser trocado por “eus”, uma vez que são muitos “eus” na sua diferença e na igualdade dos direitos.

O outro nome do bem comum é “felicidade”. Também quando nos referimos à felicidade, corremos o risco de esvaziar sua significação. Ao trazê-la como sinônimo de bem comum, retomo o sentido que lhe deu Aristóteles, quando a denominou de “fim último da vida dos homens em sociedade”. Ela se aproxima do ideal de cidadania, da possibilidade de se participar ativa e concretamente da vida social, possibilidade do sujeito de ser reconhecido pelos outros, de poder dizer a sua palavra, de construir efetivamente, no coletivo, a cultura e a história. É essa a perspectiva da ética, e é por isso que há necessidade de sua presença na sociedade, nas instituições, nas ações dos profissionais.

Este trabalho corre o risco de desapontar aqueles que esperam indicações práticas para um comitê que se chama de ética e cuja tarefa é acompanhar criticamente as pesquisas na Universidade. Pelo que vimos discutindo, não há receitas prontas. Do ponto de vista moral, temos já as regras estabelecidas em leis, decretos e deliberações. Entretanto, temos de estar atentos à perspectiva da ética. E aí não se fecham as determinações.

Neidson Rodrigues, educador mineiro, em *Lições do príncipe e outras lições*, afirma que a atitude crítica – e podemos pensar na reflexão ética – é como um farol de mar, que existe não para determinar caminhos, mas para iluminar, de tal maneira que se possa ir com segurança nos caminhos que se escolhem. Temos de pensar que essa segurança está sempre ameaçada e, portanto, estar atentos para os desafios que surgem no caminhar.

Em uma casa de educação como a Universidade, a pesquisa deve ser entendida como uma prática pedagógica (para além da didática), a serviço de uma prática construtora, que partilhe a cultura, de forma que todos possam apropriar-se dela e dela se beneficiar. É necessário perguntar, continuamente, se a pesquisa que estamos fazendo amplia a qualidade do conhecimento e da vida das pessoas nela envolvidas.

A ciência leva os seres humanos a conhecer a realidade de modo sistemático e organizado. Ela os instrumentaliza para ampliar, construir e reconstruir incessantemente o mundo. Graças ao trabalho da ciência – e dos educadores/pesquisadores na universidade – descobrem-se e aperfeiçoam-se formas mais complexas e aprimoradas de viver. A pergunta que nos desafia, eticamente, é a da utilização do conhecimento científico para a criação de um mundo feliz, de uma vida boa (Rios, 2004).

A epistemologia do pesquisador, sua concepção teórica, sustenta a investigação. Trata-se de um olhar técnico, olhar que constitui a exigência primeira para um trabalho de pesquisa. Entretanto, não se pode deixar a epistemologia distanciar-se do espaço da ética. É nesse espaço que o pesquisador se pergunta sobre a finalidade última de sua investigação, sobre os usos sociais dessa investigação, sobre os compromissos implicados nos resultados.

Diante do grande número de problemas que se articulam com questões tecnológicas no mundo contemporâneo, muitas pessoas afirmam estarmos em crise moral devido aos progressos da ciência e da tecnologia, como se o avanço da investigação implicasse o retrocesso da moralidade, o abandono dos valores morais. É preciso ter muito cuidado com afirmações desse tipo. É como se dissessem que “quanto mais ciência, menos humanidade”. Essa é uma afirmação equivocada. A ciência é gesto de humanidade, a técnica resulta da combinação da inteligência com a imaginação, a criatividade, instrumentos de que dispõem os seres humanos para criar-se e criar o mundo. O que temos a questionar é a atitude que isola a ciência das outras manifestações ou que a julga superior a todas.

Santos (1996) afirma que, na verdade, à preocupação do cientista em dominar e transformar o mundo nem sempre correspondeu a de compreendê-lo, de perguntar pelo sentido da ação e da transformação. Trata-se, então, de mobilizar esforços para que a ciência, articulada a um conhecimento ampliado e aprofundado dos seres humanos sobre si mesmos e sobre o mundo, seja instrumento ao alcance de todos, não abrigue, em seu espaço, a discriminação e o privilégio, mas faça valer os direitos que ela mesma, enquanto instrumento de cultura, tem auxiliado a construir no processo histórico da humanidade.

Pensando na humanidade como espaço de dignidade, de construção do bem comum, poderemos afirmar que “quanto mais ciência, mais humanidade”. Falar sobre pesquisa com seres humanos e em seres humanos é lembrar que as ciências são, em última instância, sempre humanas. E também exatas. Exatidão é característica de um saber rigoroso. E esse saber é sempre realizado por humanos. Moacyr Laterza, saudoso professor e amigo querido, no seu lugar de filósofo, às vezes percebia certa arrogância dos colegas das “ciências exatas”, por eles julgadas superiores às “humanas”. “Na certa”,

dizia Laterza, “você classificam as nossas ciências como ‘inexatas’. Se é assim, quem sabe podemos classificar as suas como ‘desumanas’?”

Humanas, exatas, sociais, são assim as ciências. E não são, por natureza, boas ou más. Boa ou má, correta ou inadequada é a atitude do cientista, a forma como ele empreende seu trabalho, não apenas do ponto de vista epistemológico, técnico, mas do ponto de vista ético-político. Será má a investigação que beneficia apenas o pesquisador, uma classe ou um grupo. E será boa aquela que faz crescer a vida de todos, que efetivamente contribui para uma sociedade melhor, da qual temos necessidade.

No início deste trabalho, busquei apoio em Savater e Brandão. Para terminá-lo, chamo Eduardo Galeano, escritor uruguaio, cientista e prosador. Em *As palavras andantes*, ele diz: “Ela está no horizonte (...). Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar”. Apresenta-se aqui a perspectiva utópica, guardada na ética. Vale empreender esforços para que nossos comitês de ética, e não apenas eles, mas os pesquisadores que eles representam, a comunidade científica e acadêmica, assim como a sociedade a serviço da qual eles desenvolvem seu trabalho, se ponham a caminho na direção do que Betinho² chamou de “felicidadania”.

Abstract

This article points out the need of ethics in investigators' work, not only as an indicator of limits, but as a critical perspective concerning investigation, so that it be carried out with clarity, depth and comprehensiveness, problematizing aims, methods and results. Emphasis is given to the meaning of dialogue between the various fields of knowledge. Thus, it highlights each one's rich contribution to widen knowledge, improve the research quality and build a fair and democratic society, as this should be the aim of what is called 'good research' from the epistemological and ethical viewpoints.

Key words: Research; Science; Critical attitude; Ethics.

³Herbert José de Souza (1935-1997), sociólogo, corajoso defensor dos direitos humanos, articulador da *Ação da cidadania contra a miséria e pela vida*

Referências

- Brandão, C. R. (2003). *A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador*. São Paulo: Cortez.
- Galeano, E. (1994). *As palavras andantes*. Rio de Janeiro: L&PM.
- Garcia-Roza, L. A. (2001). *Uma janela em Copacabana*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Larrosa, J. (2003). *La experiencia de la lectura: estudios sobre literatura y formación*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Rios, T. A. (2006). *Ética e competência*. (16th ed.). São Paulo: Cortez.
- Rios, T. A. (2006) *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. (6th. ed.). São Paulo: Cortez.
- Rios, T. A. (2004) Ética, ciência e exclusão social. In: Carvalho, J. S. (Org.) *Educação, cidadania e direitos humanos*. (p. 118-129). Petrópolis: Vozes.
- Rodrigues, N. (1984). *Lições do Príncipe e outras lições*. São Paulo: Cortez.
- Rosa, J. G. (1965). *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Santos, B. S. (1996). *Um discurso sobre as ciências*. (8th ed.) Porto: Afrontamento.
- Savater, F. (1993). *Ética para meu filho*. S. Paulo: Martins Fontes.
- Vaz, H. C. L. (1988). *Escritos de filosofia II: ética e cultura*. São Paulo: Loyola.